

ABANDONO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR EaD: UMA ANÁLISE DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL A PARTIR DOS DADOS DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2023

Elissuam do Nascimento Barros de Souza¹, Armando Paulo Ferreira Loureiro²

Instituto Federal do Pará – IFPA, Belém-PA, Brasil (elissuam@gmail.com)

² Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real-PT, Portugal, (aloureiro@utad.pt)

Resumo: O trabalho analisa abandono e permanência em cursos EaD de formação de professores no Brasil, com base nos dados do Censo da Educação Superior 2023 (INEP). A taxa de desistência acumulada no EaD atingiu 66% em 2023, contra 58% no presencial. Nas licenciaturas, 81% dos ingressantes optam pelo EaD. Revisão bibliográfica identifica fatores multidimensionais — financeiros, pedagógicos e institucionais — e aponta a necessidade de políticas públicas de permanência específicas para a modalidade.

Palavras-chave: Educação a distância; evasão escolar; formação de professores; permanência discente; ensino superior.

INTRODUÇÃO

A expansão da educação a distância (EaD) no Brasil nas últimas décadas transformou profundamente o cenário do ensino superior, especialmente nos cursos de formação de professores. Segundo o Censo da Educação Superior 2023, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o país registrou 9,9 milhões de matrículas em cursos de graduação, das quais 4,9 milhões (49,2%) estavam em cursos a distância (INEP, 2024). Nos cursos de licenciatura, essa concentração é ainda mais expressiva: 67% das matrículas e 81% dos ingressantes optaram pela modalidade EaD em 2023.

Esse crescimento, contudo, é acompanhado por taxas preocupantes de abandono. A taxa de desistência acumulada entre estudantes ingressantes em 2014 e acompanhados até 2023 atingiu 66% no EaD, contra 58% no ensino presencial (INEP, 2024). Nos cursos de licenciatura em Pedagogia — o maior curso de graduação do país em número de matrículas, com 852.334 estudantes, sendo 689.663 na modalidade a distância —, a taxa de desistência acumulada

chega a 46%, conforme os indicadores de trajetória do próprio Censo 2023.

A questão do abandono e da permanência estudantil no ensino superior EaD, particularmente nos cursos de formação de professores, constitui um desafio pedagógico, social e político de grande relevância. Branco, Conte e Habowski (2020) afirmam que a evasão no EaD exige cuidado especial por se constituir em uma dinâmica mediada por tecnologias digitais, o que fragiliza os vínculos estabelecidos no contato presencial. Quiroga (2022), por sua vez, situa o problema no campo das tensões entre a expansão desenfreada do acesso e a intensificação das desigualdades sociais e educacionais.

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivos: (1) sistematizar os dados mais recentes do Censo da Educação Superior 2023 (INEP) sobre abandono e permanência nos cursos EaD de formação de professores; (2) identificar os principais fatores associados à evasão nessa modalidade, com base na literatura científica brasileira; e (3) discutir as implicações desses dados para as políticas institucionais de permanência.



MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa e quantitativa, conforme classificação de Gil (2002). A abordagem adotada é exploratório-descritiva, voltada à sistematização e análise de dados secundários provenientes de fontes oficiais e da literatura científica brasileira.

Para a coleta de dados quantitativos, utilizou-se o Censo da Educação Superior 2023, publicado pelo INEP em outubro de 2024, com ênfase nos indicadores de trajetória dos estudantes (taxa de permanência, taxa de conclusão acumulada e taxa de desistência acumulada), nos dados de matrículas e ingressantes por modalidade de ensino, e nos dados específicos dos cursos de licenciatura e formação de professores. Foram também consultadas as Sinopses Estatísticas da Educação Superior e os Resumos Técnicos do Censo publicados pelo INEP para os anos anteriores, com vistas à análise de tendências temporais.

Para a revisão bibliográfica, realizou-se levantamento de publicações científicas brasileiras indexadas nas bases SciELO, Educ@ e periódicos de livre acesso, publicadas entre 2018 e 2024, utilizando os descritores: 'evasão EaD', 'permanência ensino superior EaD', 'licenciatura a distância', 'formação de professores EaD'. Foram selecionados artigos publicados em periódicos com revisão por pares e com dados empíricos ou revisões sistemáticas sobre a temática. Excluíram-se trabalhos que não apresentassem dados específicos sobre a modalidade EaD no ensino superior brasileiro.

A análise dos dados foi realizada por meio de leitura crítica e sistematização dos principais resultados encontrados, organizados em torno de três eixos analíticos: (a) panorama quantitativo do abandono e da permanência; (b) fatores associados à evasão; e (c) políticas e estratégias de permanência discente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Panorama do EaD no Ensino Superior Brasileiro: crescimento e concentração nas licenciaturas

Os dados do Censo da Educação Superior 2023 revelam uma expansão sem precedentes do ensino a distância no Brasil. Em 2023, o EaD respondeu por 66% de todos os ingressantes no ensino superior, totalizando 3,3 milhões de novos estudantes. O número de cursos a distância cresceu 15% em relação a 2022 e 232% nos últimos cinco anos, passando de 1.258 cursos em 2013 para 10.554 em 2023 (INEP, 2024). Esse crescimento, porém, é fortemente concentrado na iniciativa privada: 97% dos ingressantes em EaD estavam matriculados em instituições privadas em 2023.

Nos cursos de licenciatura e formação de professores, a predominância do EaD é ainda mais acentuada. Em 2023, 81% dos ingressantes em licenciaturas optaram pela modalidade a distância (827.285 de um total de 1.019.432 novos matriculados). Nas instituições privadas, esse percentual sobe para 93,5% dos ingressantes (654.329 alunos). O curso de Pedagogia concentra sozinho 852.334 matrículas, sendo 689.663 (80,9%) na modalidade EaD (INEP, 2024).

Esse quadro reflete uma tendência estrutural: a formação docente no Brasil está sendo realizada predominantemente a distância, em instituições privadas com fins lucrativos. Cunha (2024) aponta que, em 2022, 93,2% dos novos alunos de Pedagogia e das demais áreas de Educação na rede privada escolheram o EaD, e que o percentual de professores formados em licenciaturas a distância triplicou em vinte anos, passando de 28% em 2002 para 60% em 2022. Essa expansão levanta questões sérias sobre qualidade da formação e sobre as condições de permanência dos estudantes.

Tabela 1. Indicadores de trajetória dos estudantes ingressantes em 2014, por modalidade de ensino — Brasil (2014-2023).

Ano	Modalidade	Taxa de Permanência (%)	Taxa de Conclusão Acumulada (%)	Taxa de Desistência Acumulada (%)
2016	Presencial	71	10	26
2016	EaD	59	15	37
2019	Presencial	40	32	50
2019	EaD	20	36	57
2023	Presencial	10	41	58
2023	EaD	5	41	66

Fonte: Adaptado de INEP (2024, Gráfico 61).

Abandono e Permanência: os dados do Censo 2023

Os indicadores de trajetória do Censo 2023 acompanham os estudantes ingressantes em 2014 ao longo de dez anos. A Tabela 1 apresenta os dados mais relevantes. Em 2023, a taxa de desistência acumulada dos estudantes do EaD chegou a 66%, enquanto no presencial foi de 58% (INEP, 2024). Esse percentual representa um agravamento progressivo: em 2016, a taxa já era de 37% para o EaD contra 26% para o presencial; em 2019, atingiu 57% e 50%, respectivamente. A taxa de permanência, que mede os estudantes ainda matriculados no curso de ingresso, caiu de 81% em 2014 para apenas 5% em 2023 no EaD.

Dados mais recentes, referentes à coorte de estudantes ingressantes em 2015 e acompanhados até 2024, divulgados pela mídia especializada com base no INEP, apontam que 59% dos alunos do EaD abandonaram a graduação ao longo do período, ante 34% nos cursos presenciais (Metrópoles, 2026). Esses números confirmam a tendência estrutural de maior vulnerabilidade à evasão na modalidade a distância.

Nas licenciaturas especificamente, o Censo 2023 apresenta dados de desistência acumulada por curso para a coorte de 2014. O curso de Pedagogia registra taxa de desistência de 46%, sendo o segundo com maior evasão entre as licenciaturas analisadas, atrás apenas de Artes (41% de desistência geral em todos os cursos). Física (23%), Matemática (28%) e Língua Estrangeira (31%) apresentam taxas menores, embora ainda preocupantes (INEP, 2024). É relevante notar que Pedagogia é o curso com maior concentração de matrículas no EaD, o que sugere que a combinação modalidade a distância + desvalorização social da profissão docente potencializa o risco de abandono.

A razão aluno-docente no EaD privado, segundo o Censo 2023, é de 168,3 alunos por docente — contra 22,5 no presencial privado e 10,8 no presencial público. Esse dado estrutural indica que a precariedade do suporte pedagógico é uma característica sistêmica do EaD privado, ambiente em que se concentra a grande maioria dos estudantes de licenciatura (INEP, 2024).

Tabela 2. Taxa de desistência acumulada em cursos de licenciatura selecionados, coorte de ingressantes 2014 — Brasil 2023.

Curso de Licenciatura	Taxa de Desistência Acumulada (%)	Taxa de Permanência (%)
Física	23	73
Matemática	28	70
Língua Estrangeira	31	67
Biologia	39	58
Educação Física	42	57
Pedagogia	46	53

Fonte: Adaptado de INEP (2024, Gráfico 63).

Fatores Associados ao Abandono no EaD: o que a literatura brasileira aponta

A literatura científica brasileira identifica fatores multidimensionais para o abandono nos cursos EaD. Branco, Conte e



Habowski (2020), em revisão de 68 dissertações e teses produzidas entre 2007 e 2017, classificam as causas em três grandes grupos: (a) fatores individuais do estudante (falta de dedicação, dificuldades financeiras, problemas de saúde, conflitos profissionais e familiares); (b) fatores pedagógicos e institucionais (ausência de letramento digital, incomunicação, precariedade dos polos, rotatividade de tutores, conteúdos pré-programados e falta de contextualização); e (c) fatores estruturais (lógica de mercado, expansão sem qualidade e regulamentação insuficiente). Os autores encontraram uma taxa média de evasão nos cursos EaD de 26,3%, com 85% dos estudantes evadindo no início do curso.

O Instituto Lobo, citado por Soso, Kampff e Machado (2024), registrou que, na modalidade a distância, as taxas anuais de evasão nas licenciaturas subiram de 25% para 33% entre 2011 e 2015, enquanto no ensino presencial se mantiveram relativamente estáveis em torno de 20%. O Censo EaD.br 2018, da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), apontou que o percentual de instituições com cursos totalmente a distância e taxa de evasão entre 26% e 50% cresceu de 6% em 2017 para 22,2% em 2018 (ABED, 2019, citado por Soso, Kampff e Machado, 2024).

Quiroga (2022) situa o problema em perspectiva crítica mais ampla, argumentando que a evasão na EaD não deve ser compreendida como fenômeno individual ou comunicacional, mas como expressão de uma tensão estrutural entre expansão do acesso e intensificação das desigualdades sociais. O autor afirma que a lógica de mercado, voltada ao lucro com as matrículas e operando sob regulamentação 'bastante frouxa', produz formação precária e responsabiliza o estudante pelo próprio abandono, ocultando as determinações sociais do fenômeno.

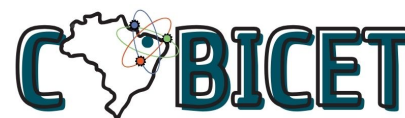
No caso específico dos cursos de licenciatura em Pedagogia no EaD, Soso,

Kampff e Machado (2024), em estudo sobre seis instituições vinculadas à Universidade Aberta do Brasil (UAB), identificaram ausência de políticas institucionais formalizadas de permanência, limitações do sistema de monitoramento e falta de apoio financeiro específico para estudantes da modalidade. Os autores propõem sete diretrizes para promover a permanência: qualificação das informações pré-ingresso; estruturação de acolhimento; plano de acompanhamento acadêmico; ações de integração social; monitoramento dos índices de evasão; apoio estudantil personalizado; e avaliações institucionais específicas para a EaD.

Cunha (2024) agrega ao debate a dimensão da qualidade da formação. A autora registra que a diferença de desempenho no Enade entre licenciados da rede pública presencial e da rede privada a distância em Pedagogia cresceu de 2,3 pontos percentuais em 2014 para 6 pontos em 2022, sugerindo que a expansão massiva do EaD privado não vem acompanhada de qualidade equivalente ao ensino presencial público. Esse dado é relevante para o debate sobre permanência: estudantes que percebem baixa qualidade do curso têm maior propensão ao abandono.

O perfil predominante dos estudantes do EaD, especialmente nas licenciaturas, contribui para explicar os altos índices de evasão. Segundo o Censo 2023, 76% dos docentes da educação básica que cursam o ensino superior o fazem na modalidade a distância, e 65% estudam no período noturno. Trata-se de adultos trabalhadores, com responsabilidades familiares e múltiplas demandas cotidianas — grupo para o qual a flexibilidade do EaD é atrativa, mas as condições de permanência são frequentemente insuficientes (INEP, 2024; Metrôpoles, 2026).

Políticas de Permanência: lacunas e perspectivas



A literatura evidencia que as políticas de assistência estudantil brasileiras foram historicamente concebidas para estudantes presenciais. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234/2010, não contempla explicitamente os estudantes do EaD público, deixando uma lacuna significativa de suporte institucional. Soso, Kampff e Machado (2024) constataram que gestores de instituições vinculadas à UAB reconhecem a ausência de recursos específicos para fomentar políticas de apoio financeiro aos estudantes a distância.

No setor privado, onde se concentra a quase totalidade dos estudantes de licenciatura EaD, os dados do Censo 2023 revelam que 98% dos estudantes não possuem bolsa do FIES ou ProUni. Comparativamente, a taxa de desistência entre beneficiários do ProUni é de 41%, contra 63% entre estudantes sem bolsa; e entre beneficiários do FIES, é de 51%, contra 65% sem o programa (INEP, 2024). Esse contraste quantitativo demonstra o papel central do apoio financeiro na permanência estudantil.

Branco, Conte e Habowski (2020) apontam contrapontos importantes para a promoção da permanência: o uso de metodologias ativas, o fortalecimento do sentimento de pertencimento à instituição, a gestão comunicacional eficaz, a qualificação de tutores, a diversificação das estratégias de avaliação e o uso de learning analytics para monitoramento de estudantes em risco de evasão. Os autores defendem que a educação a distância deve superar o modelo de autoinstrução para constituir-se em experiência formativa dialógica e cooperativa.

Do ponto de vista das políticas públicas, a promulgação da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e os marcos regulatórios subsequentes, como o Decreto nº 9.057/2017, ampliaram as possibilidades de oferta de

curso EaD, mas sem mecanismos robustos de controle de qualidade e de incentivo à permanência. A ausência de indicadores de permanência nas métricas de avaliação das instituições pelo Ministério da Educação reforça um modelo em que a matrícula é o objetivo, não a conclusão do curso.

CONCLUSÃO

Os dados do Censo da Educação Superior 2023 (INEP) confirmam que o abandono nos cursos EaD de formação de professores representa um dos maiores desafios do ensino superior brasileiro. A taxa de desistência acumulada de 66% no EaD — contra 58% no presencial — e os 46% de desistência acumulada especificamente em Pedagogia revelam que a expansão massiva da modalidade não foi acompanhada de condições adequadas de permanência.

A literatura científica brasileira aponta que o fenômeno é multidimensional, envolvendo fatores individuais (dificuldades financeiras, falta de tempo, ausência de letramento digital), pedagógicos e institucionais (precariedade dos polos, rotatividade de tutores, ausência de políticas de acolhimento) e estruturais (lógica de mercado, regulamentação insuficiente, ausência de apoio financeiro para estudantes EaD). O dado de que a razão aluno-docente no EaD privado é de 168,3:1 sintetiza o grau de precariedade estrutural do ambiente em que 93,5% dos ingressantes em licenciaturas privadas estudam.

Conclui-se que a superação do abandono na formação de professores a distância requer: (a) políticas públicas específicas de permanência para estudantes do EaD, incluindo extensão do PNAES; (b) regulamentação mais rigorosa das condições de oferta, incluindo limites de razão aluno-docente; (c) adoção de sistemas institucionais de monitoramento e intervenção precoce; e (d) investimento na qualificação pedagógica dos tutores e na infraestrutura dos polos de apoio. A formação de professores constitui



questão de soberania educacional: garantir a permanência dos licenciandos é garantir a qualidade da educação básica do país.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) pelo apoio institucional e parceria com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) ao desenvolvimento de pesquisas sobre formação de professores e permanência estudantil no ensino superior.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (ABED). Censo EaD.br 2018: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2018. São Paulo: ABED, 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jul. 2010.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 mai. 2017.

BRANCO, L. S. A.; CONTE, E.; HABOWSKI, A. C. Evasão na educação a distância: pontos e contrapontos à problemática. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 25, n. 1, p. 132-154, 2020. <https://doi.org/10.1590/s1414-40772020000100008>.

CUNHA, M. A. A. Formação e prática pedagógica dos professores na educação a distância: novos desafios para velhos problemas? Educação em Revista, v. 40,

e53431, 2024. <https://doi.org/10.1590/0102-469853431>.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior 2023: apresentação. Brasília, DF: INEP, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2023.pdf. Acesso em: 22 jul. 2026.

METRÓPOLES. 6 em cada 10 alunos de EaD desistem. Brasília, DF: Metrôpoles, 12 jun. 2026. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/desistencia-ead>. Acesso em: 22 jul. 2026.

QUIROGA, F. L. A evasão na educação a distância (EaD) e suas interfaces com a democratização do acesso e a intensificação das desigualdades. Jornal de Políticas Educacionais, v. 16, n. e87069, 2022. <https://doi.org/10.5380/jpe.v16i0.87069>.

SILVA, L. R. C.; SILVA, J. R. C.; MEDEIROS, A. A.; COSTA, A. M. Censo da Educação Superior 2023: uma análise das potencialidades e dos desafios para o ensino a distância. In: SILVA, L. R. C. (org.). Educação e Tecnologia. [S.l.]: Seven Publicações, 2024. <https://doi.org/10.56238/sevened2024.038-021>.

SOSO, F. S.; KAMPFF, A. J. C.; MACHADO, K. G. W. Permanência discente em cursos de Pedagogia a distância: um estudo a partir da Universidade Aberta do Brasil. Educação em Revista, v. 40, e53431 [número complementar], 2024. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0102-46982024000100210>. Acesso em: 22 jul. 2026.